

## RELATOS DE VIAGEM SOBRE O BRASIL NO SÉCULO XIX: DEMANDAS DE UMA CURIOSIDADE *ETHNOCAPITALISTA*

### TRAVEL REPORTS ABOUT BRAZIL IN THE 19TH CENTURY: DEMANDS OF AN *ETHNOCAPITALIST* CURIOSITY

**Rute Andrade Castro**

E-mail: [rucastro81@hotmail.com](mailto:rucastro81@hotmail.com)

**RESUMO:** O campo literário europeu no século XIX foi marcado pelo crescimento do número de relatos de viagem e, neste artigo, se busca relacionar tal interesse com a perspectiva da dominação imperialista. Desconhecidas pelos europeus e norte-americanos, essas regiões foram bastante visitadas, e os relatos destes estrangeiros, consumidos com voracidade por seus conterrâneos, de modo que são importantes fontes de análise para a historiografia. O que está proposto aqui é a associação de seus discursos sobre o Brasil a uma mentalidade capitalista e eurocêntrica.

**Palavras-chave:** Brasil; capitalismo; relatos de viagem.

**ABSTRACT:** The European literary field in the 19th century was marked by the growth in publications of travel reports and this article seeks to relate this interest to the perspective of imperialist domination. Unknown to Europeans and north Americans, these regions were widely visited and the reports of these foreigners were voraciously consumed by their countrymen, so they are important sources of analysis for historiography. What is proposed here is the association of their discourses about Brazil with a capitalist and eurocentrist mentality.

**Keywords:** Brazil; capitalism; travel reports.

Regiões habitadas por gigantes, ou por homens minúsculos, ou até mesmo por seres cuja classificação estaria a meio caminho entre a espécie humana e a família dos equídeos, ilhas voadoras, tudo isso e muito mais alimentavam a imaginação dos britânicos do século XIX ao lerem *As viagens de Gulliver*<sup>1</sup>. Foi escrito no século XVIII pelo irlandês Jonathan Swift, e veio a se tornar um clássico da literatura britânica no século seguinte. O ponto em comum entre as quatro histórias que compõem o livro são o motivo da viagem, a saber, espírito aventureiro britânico, a forma como Gulliver vai parar nas diferentes localidades – em naufrágios – e, por fim, sua disposição em passar um tempo conhecendo o local antes de decidir ir embora de volta para sua terra. Pois são justamente esses pontos que conectam esse livro de narrativa juvenil aos europeus que se dispuseram a viver temporária ou permanentemente no Brasil.

---

<sup>1</sup> SWIFT, Jonathan. *Gulliver's Travels*. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, s.d.

Além da leva migratória clássica do século XIX, quando muitos europeus vieram trabalhar no Brasil sobretudo nas regiões sul e sudeste, já vastamente analisada pela historiografia, muitos tinham profissão definida e vieram não apenas para tentar a sorte no meio rural, mas também em busca de oportunidades profissionais e aventuras. Com esse objetivo, permaneceram no país por meses, anos, décadas ou até nele falecerem; muitos se deram ao trabalho de, como o personagem dos contos de Swift, analisar os costumes e modos de viver locais, num exercício constante de alteridade. Ao retornarem para a Europa, algumas dessas impressões foram eternizadas com a publicação de livros, relatos e outros textos, nos quais registraram aspectos que julgaram importantes sobre o Brasil e os brasileiros. Eles, naturalmente, não encontraram nada perto daquilo com o que Gulliver se deparou, mas sim pessoas comuns que viviam de maneira diferente da sua, e talvez tenha sido essa sua motivação para escrever.

Esta pesquisa relaciona a curiosidade crescente na Europa em relação à literatura de viagem à expansão da lógica imperialista de dominação branca pelo mundo que, segundo Fergusson<sup>2</sup>, para justificar suas imposições econômicas, propagaram discursos colocando a Europa com um referencial de desenvolvimento e modernidade. Aqueles que saíam do continente levavam consigo essa ideia e a mantinham em primeiro ou segundo plano quando escreviam sobre os territórios desconhecidos de seus conterrâneos. Eles refletiam também o crescimento dos investimentos europeus pelo mundo, inclusive no Brasil, de modo que o significativo interesse por relatos de viagem tinha sua razão de ser não apenas porque davam a conhecer lugares “exóticos”, mas também porque era uma forma de possuir simbolicamente aquelas regiões e contribuir para o conhecimento das riquezas e possibilidades de diversos territórios susceptíveis a um tipo de dominação *etnocapitalista*.

De acordo com Pratt<sup>3</sup>, os discursos construídos por esses europeus viajantes eram também uma forma de conquista que ela denominou “anticonquista”, por conta do caráter supostamente pacífico e reflexivo que esses viajantes costumavam dar aos seus relatos. Ela percebe seus registros como uma forma abstrata de apropriação sobre povos e territórios desconhecidos da maior parte dos europeus. Assim, a “anticonquista” seria uma conquista discursiva. Esse gênero literário teria surgido então para suprir culturalmente as classes médias europeias e norte-americanas e, por outro lado,

---

<sup>2</sup> FERGUSON, Niall. *Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power*. New York: Basic books, 2003.

<sup>3</sup> PRATT, Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

construiria um discurso a respeito da necessidade da intervenção do homem branco nesses territórios ocupados por povos selvagens.

Edward Said<sup>4</sup> afirma que mesmo não se posicionando favoravelmente ao imperialismo, parte da produção literária norte americana e europeia reproduzia a ideia de que a Europa seria a fonte de ação e de vida estando à frente do restante da humanidade. Discutindo não apenas a literatura de viagem, mas trabalhando com um leque muito mais amplo, afirma que se deve a esta forma de ver o mundo a vontade que fica implícita ou explicitamente demonstrada em alguns livros de “ajudar” no desenvolvimento de um “Terceiro mundo retardado mental”. Muitas obras mesmo posicionando-se contrariamente ao imperialismo acabaram passando a ideia de que “as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o ocidente”.<sup>5</sup> Desse modo, a leitura das produções daqueles que visitaram essas regiões era uma forma de dominação cultural, a partir do momento que serviam para saciar a sede por novidades e histórias fantásticas de um público que se julgava parte integrante do Imperialismo, que dominava política e economicamente vastas regiões do mundo.

A partir da década de 1980 o meio acadêmico passou a ser confrontado com os *cultural studies* e os *postcolonial studies*, criticando o eurocentrismo em voga nas ciências sociais, dando voz a sujeitos outrora silenciados.<sup>6</sup> Trabalhos como os de Pratt e Said são parte de uma tentativa de descolonização do conhecimento, sendo um de seus focos ponderar sobre a força histórica das ideologias europeias nestes relatos sobre o “outro” que eram, em última instância, tentativas de saciar curiosidades euro centradas.

Analisando viajantes britânicos pelo mundo, Pratt chamou essa altivez, ou arrogância, de “olhar do Império”, que era a forma como, independentemente de gênero ou origem étnica (ingleses, escoceses ou irlandeses), os britânicos viam “o outro”. Segundo ela, quando viajavam aos locais dominados pelo Império, geralmente os consideravam atrasados em relação ao seu referencial. Estavam atentos a todas as características que destoassem de seus padrões e, diante das comparações que faziam, a sociedade local saía frequentemente em desvantagem. Sua análise, apesar de referir-se a territórios de dominação formal que, portanto, faziam parte do Império britânico, oferece algumas sugestões úteis também para as análises dos textos escritos pelos

---

<sup>4</sup> SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>6</sup> GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*. Rio de Janeiro, p. 175-195, março de 2001.

viajantes no Brasil, que sabidamente não era domínio britânico, apesar de estar economicamente ligado a este Império.

É significativo, por exemplo, o número de engenheiros que foram enviados por empresas de seus respectivos países de origem, as quais firmaram contratos com o governo brasileiro ou tinham relações comerciais no país. Um deles, James Wells, era contratado da Public Works Construction Company e fazia parte de um grupo de engenheiros que foram enviados de Londres ao Brasil para construírem o trecho final da estrada de ferro D. Pedro II, e chegou a fazer referência direta à literatura de aventura.

Sinto-me com um sentimento de exultação ao tomar consciência de que finalmente eu estava a caminho de realizar o sonho tão ansiado de minha juventude – uma longa temporada viajando pela região agreste dos trópicos. Receio que Defoe e seu Robinson Crusoe, o Capitão Mayne Reid e outros escritores semelhantes sejam em grande parte responsáveis pelas ideias fantásticas que se criam nas mentes dos jovens, e fazem tantos ingleses partirem pelo mundo e nos tornam uma raça tão perambulatória e o Império Britânico tão vasto.<sup>7</sup>

Viam-se como parte de um império que se estendia não apenas pelo viés econômico, mas também por meio de aventuras e conhecimento. Wells, e possivelmente outros viajantes, atribuíam tal característica a essa literatura que, através da criatividade, os instigaria a desbravar e se apropriarem de diversas regiões do globo para além da busca de oportunidades de prosperidade financeira.

Essa “raça perambulatória” acabou produzindo ricos materiais capazes de servirem como fontes para perceber como viram e viveram o Brasil através de seus olhos curiosos e europeus. Ao descreverem a natureza do lugar ou uma pequena vila com seus habitantes, muitos desses autores acabaram fornecendo ricos materiais etnográficos e, em certa medida, menos comprometidos com questões governamentais ou posicionamentos políticos, estiveram mais livres para tratarem de temas cotidianos que desvelavam não apenas curiosidade, mas a ideia de que faziam parte de um mundo superior, branco e europeu. Estes escritos estavam destinados a um público diferente daquele que retratavam, a saber, europeus sedentos do exotismo dos territórios longínquos, quase desconhecidos. Os próprios autores cujos relatos estão sendo aqui utilizados referiram-se vez ou outra à leitura que fizeram de livros sobre o Brasil escritos por viajantes anteriores, como os engenheiros britânicos Charles Hastings Dent e James

---

<sup>7</sup> WELLS, James. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil* - do Rio de Janeiro ao Maranhão. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, (1887) 1995, p. 63.

Wells, que se referiram ao Capitão Burton, autor de *The highlands of the Brazil*, de 1869, como um farol para guiá-los nesta aventura chamada Brasil.

Além deles, o alemão Oscar Canstatt, para escrever o seu *Brasil, Terra e Gente*, não fez segredo do fato de que, tendo conhecido apenas seis províncias, precisou consultar publicações anteriores às suas para embasar algumas informações. No prefácio ele se referiu a uma carência não apenas quantitativa, mas de acessibilidade mesmo às publicações sobre o Brasil. Naquela década de 1870, segundo ele, não havia sido publicada “nenhuma obra alemã extensa sobre o Brasil, capaz de esclarecer a opinião ainda muito nebulosa predominante na Alemanha sobre este importante país”.<sup>8</sup> Não intentava então contribuir para os conhecimentos sobre o Brasil como um exercício literário apenas, mas porque:

O interesse que vêm despertando ultimamente em todos os círculos, não só a geografia como a etnografia dos diversos países e povos, como a questão da imigração, sem dúvida merecedora da maior atenção, e o comércio que cada vez mais se expande, fez-me acreditar desejável publicar uma obra mais popular e menos custosa que suprisse essa falta.<sup>9</sup>

A demanda existia, e passava por uma curiosidade engajada na perspectiva econômica e dinâmica populacional europeia, cujo conhecimento dos diversos países e povos era necessário tanto para o exercício de um domínio simbólico, pelo conhecimento, quanto prático, pelo desenvolvimento de atividades capitalistas. Boa parte desses viajantes autores mencionava que seu objetivo era fazer conhecer um país que permanecia uma incógnita para a maioria dos europeus. Uma das obras que Canstatt talvez não conhecesse por conta da dificuldade mencionada – de acesso às obras que mesmo em grandes bibliotecas não se encontrava – foi a do seu conterrâneo que veio para o Brasil na década de 1820, Carl Seidler. Ele foi um dos muitos mercenários que atravessaram o oceano para lutar em prol da independência do Brasil, afinal, a Imperatriz Leopoldina, esposa do futuro D. Pedro I, pertencia à família real dos Habsburgos. Em seu livro ele conta suas aventuras militares e descreve as gentes brasileiras, afinal, afirmava que sua intenção era informar e distrair os leitores. Chega a mencionar inclusive alguns boatos que circulavam pelas ruas, como quando a imperatriz morreu e se afirmava que a causa seriam os desgostos pelos quais havia passado ao lado de seu marido infiel, agressivo e ausente, mas isso já é uma outra história.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente* (1871). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 23.

<sup>9</sup> *idem*, p. 42.

<sup>10</sup> SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

No geral, esses europeus se propunham a contrabalancear o fato de que sobre o país costumava circular apenas algumas informações pontuais, descontextualizadas ou equivocadas. Viajantes norte-americanos costumavam seguir a mesma linha, a exemplo de Daniel Kidder e J. G. Fletcher, ambos pastores da igreja metodista que publicaram *Brazil and the Brazilians* em 1857. Este livro teve várias reedições nos anos seguintes à sua publicação devido ao grande interesse pelo tema nos EUA e Inglaterra onde ele serviria, diziam, para combater a grande ignorância que existia sobre o Brasil. O sucesso desse livro foi enorme e se tornou uma espécie de guia sobre o país, ganhando sucessivas reedições. Os autores justificavam a necessidade de se atualizar a obra passados dez anos do seu lançamento pois era necessário dar uma ideia da situação atual do progresso material e moral do Brasil que teria acontecido entre 1857, quando do lançamento da obra, e 1866, ano da sexta edição. Isso mostra como a curiosidade não era gratuita, mas direcionada ao conhecimento de dados capazes de dar a conhecer não apenas um país, mas acima de tudo um campo de investimento e possibilidades.<sup>11</sup>

Na verdade, Kidder nem era um escritor estreado, já havia publicado algumas obras inclusive sobre o Brasil, dentre as quais se destaca *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, de 1845.<sup>12</sup> Já então demarcava que sobre nenhum outro país tão grande e importante quanto o Brasil as fontes de informação eram tão restritas, com escassas publicações recentes e nenhuma nos EUA que se dedicasse exclusivamente a este país. Justificava ainda tal publicação por conta de demandas que havia recebido, de diversas procedências, para que tornasse público seu conhecimento sobre o Brasil. Não fez, porém, tanto sucesso quanto o posterior, escrito com seu colega, mas certamente lhe serviu como experiência tendo-se em vista o sucesso de *Brazil and the Brazilians*.

Assim como Kidder e Fletcher, William Hadfield, em seu *Brazil and the River Plate*, não se limitou a uma única edição, mas no seu caso, mais do que atualizar a obra, lançou um complemento, fruto de nova visita à América Latina. Ele esteve no Brasil em 1853, depois em 1868, quando escreveu sobre aquilo que lhe chamou atenção sobretudo em comparação ao que tinha visto 15 anos antes.<sup>13</sup> A necessidade deste novo lançamento se justificaria porque tanto no Brasil quanto nos outros países na região da Bacia do Prata, as coisas aconteciam, dizia Hadfield, de maneira tão dinâmica, que parecia até ser de propósito para manter ano após ano vivo o interesse do público (europeu). Uma das

---

<sup>11</sup> FLETCHER, James C.; KIDDER D. P. *Brazil and the Brazilians*. London: Sampson, Low, Son, & Co, 1866.

<sup>12</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

<sup>13</sup> HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate in 1868*. London: Bates, Hendt and Co, 1869.

novidades seria uma recente depreciação no valor dos títulos em vários países latinos, do que o Brasil teria saído quase ileso mostrando maior estabilidade econômica. Hadfield salientava nesta oportunidade a necessidade de saciar uma espécie de curiosidade com aplicações econômicas, deixando claro que, mais do que pretensões literárias, seu objetivo era dar a conhecer para os falantes de língua inglesa países que, apesar das intensas relações comerciais mantidas com a Inglaterra, eram muito pouco conhecidos.<sup>14</sup> Desse modo, no geral, interesse público, curiosidade e informações econômicas frequentemente não são distinguíveis em muitos desses relatos.

Não bastava saciar a curiosidade, era necessário também demover algumas ideias consideradas equivocadas, mas ainda parte do imaginário europeu sobre o Brasil. Assim foi que Scully, editor de um jornal em língua inglesa no Brasil, *The Anglo-Brazilian Times*, justificou a necessidade de um livro como o que escreveu sobre o país e suas províncias. Para ele, apesar do enorme interesse que o Brasil despertava na Europa, e de seus consideráveis progressos políticos e econômicos, continuava sendo conhecido pela maioria dos europeus como um país selvagem, coberto de floresta, que produzia apenas café, açúcar, ouro, pedras preciosas etc. Misturando informações econômicas com dados naturais, o autor segue identificando seu propósito como sendo tornar o livro útil aos olhos de todo tipo de pessoas, como estadistas, mercadores, marinheiros e agricultores, ou seja, um verdadeiro guia para curiosidade e fins práticos.<sup>15</sup>

Já chegando no final do século XIX, em 1892, foi publicado um livreto, vendido nas ruas de Londres por um preço acessível, apenas um schelling, assinado por “um morador de vinte anos naquele país”, a saber, Charles Wright, a quem muitas pessoas inquiriram sobre o Brasil, e sequer sabiam diferenciá-lo em relação à vizinha Argentina, de modo que o autor se sentiu impelido a escrever o livro. Deixa claro que, para conhecer de fato o país, não se pode fazer como muitos estrangeiros, que se detém apenas nas regiões litorâneas e se informam apenas com seus próprios conterrâneos. É necessário adentrá-lo, se relacionar diretamente com os fazendeiros e população para desfrutar da lendária hospitalidade deste povo e conhecer o Brasil, de fato. Antes destas observações mais gerais, entretanto, o autor usa a palavra *resources*, que significa “recursos”, para especificar o tipo de curiosidade que perpassava este público, ou seja, naquele momento de auge do desenvolvimento industrial britânico, a curiosidade acabava se confundindo com interesses econômicos. As descrições no livro de fato

---

<sup>14</sup> HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate in 1870-1876*. London: Edward Stanford, 1877.

<sup>15</sup> SCULLY, William. *Brazil its provinces and chief cities*. London: Murray & Co, 1866.

seguem fornecendo este tipo de informações, a exemplo de quais seriam as grandes riquezas do Brasil: café, açúcar, tabaco e algodão.<sup>16</sup>

De fato, tais temáticas eram de interesse das nações europeias, dentre as quais se destacava a Inglaterra. Devido às intensas relações político-comerciais com o Brasil desde a vinda da família real portuguesa em 1808, é dada uma posição de destaque nesta pesquisa aos relatos de viagem dos britânicos que visitaram ou viveram no Brasil. Boa parte dos autores destacados acima eram britânicos e isso não era uma coincidência. James Wells (1869-1886), Thomas Bigg-Wither (1872-1875) e Charles Dent (1883) foram três engenheiros britânicos que percorreram, cada um na sua própria viagem, praticamente todas as províncias do Brasil e registraram detalhadamente suas experiências. Vinham já dentro desta perspectiva do interesse econômico no Brasil, pois se referiram a viajantes anteriores que teriam lido para se informar sobre o país e os três trabalharam na construção de estradas de ferro, setor que recebeu muitos investimentos britânicos.

Como explica Hobsbawm<sup>17</sup>, empreendimentos em diversas regiões do globo se tornaram a melhor opção de investimentos para os industriais. Estes teriam acumulado riquezas impossíveis de encontrar escoamento apenas dentro da Grã-Bretanha, e assim espalharam seu capital e seus profissionais. Partindo da perspectiva aqui adotada, que busca relacionar aspectos da curiosidade pelo outro com questões *etnocapitalistas*, é importante destacar que parte dos relatos e perspectivas dos britânicos que viveram no Brasil partiam da ideia de que o Brasil era parte de uma espécie de império informal que compreendia parte significativa das antigas colônias espanholas e portuguesa. Os britânicos foram cruciais no apoio a Dom João VI e na transferência da corte portuguesa, pressionaram com relação ao fim da escravidão, conseguiram acordos comerciais vantajosos etc. Além disso, foram numerosas as empresas britânicas que investiram seus capitais mundo afora após os exorbitantes ganhos advindos da Revolução Industrial e, com laços tão estreitos, não era de estranhar que o Brasil fosse um dos principais pontos desta expansão capitalista.

## **Interesses britânicos no Brasil**

---

<sup>16</sup> WRIGHT, Charles. *A few facts about Brazil*. London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., Ltd, 1892.

<sup>17</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 17 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Por mais que seja quase um consenso na historiografia o fato de ter sido significativa a influência britânica sobre o Brasil do século XIX, as informações vão pouco além de alguns aspectos de suas relações comerciais, ou pressões dos ingleses para o fim da escravidão, inicialmente do tráfico e, posteriormente, do escravismo em si. Entretanto, nos últimos anos surgiram autores como Andrade<sup>18</sup>, Alves<sup>19</sup>, Brown<sup>20</sup>, Campbell<sup>21</sup>, Ramos<sup>22</sup>, Ré<sup>23</sup>, Williams<sup>24</sup> etc., que ampliaram o escopo das discussões. Para dar conta deste tipo de relação, que não se encaixava nos modelos coloniais tradicionais, mas também não deixavam de representar transações assimétricas, começou a ser discutido, fazem alguns anos, o conceito de “império informal”, referindo-se aos diferentes tipos de relações que os súditos de Sua Majestade Britânica estabeleceram em diversas partes do mundo. Não se tratava apenas de um domínio das relações econômicas, nem de interferência política direta, mas de construções, articulações e pressões que tinham no poderio do Império Britânico seu argumento mais forte.

Louise Guenther oferece uma análise pouco usual para tratar do tema do império informal britânico do qual o Brasil teria sido parte. Ela defende que o desbravamento efetuado pelos britânicos em terras brasileiras produziu um discurso que pode ser relacionado às questões de gênero. Eles eram vistos e se viam de maneira correlata à forma como os homens no âmbito privado deveriam ser aos olhos das sociedades por eles conduzidas: desbravadores, conquistadores e os condutores da relação.

Na sua concepção, o Brasil, por outro lado, seria a imagem da feminilidade, pacífico, misterioso, porém perigoso, pronto para ser conquistado e guiado de acordo com os desejos masculinos, e neste caso, britânicos. Esse discurso de modo geral foi reproduzido nas narrativas históricas e estruturou os princípios do império informal. Ela refuta estes estereótipos afirmando que “não só os latino-americanos foram tão

---

<sup>18</sup> ANDRADE, Leandro. Fortunas subterrâneas: Negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração. In: *XV Seminário sobre economia mineira*. Minas Gerais, 2012.

<sup>19</sup> ALVES, Débora. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>20</sup> BROWN, Mathew. (org.). *Informal Empire in Latin America: Culture, Commerce and Capital*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

<sup>21</sup> CAMPBELL, Courtney. Making Abolition Brazilian: British Law and Brazilian Abolitionists in Nineteenth-Century Minas Gerais and Pernambuco. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, 04 Sep. 2015.

<sup>22</sup> RAMOS, Pedro. *Homens de confiança: moral, anti escravismo e o abolicionismo inglês na supressão do tráfico brasileiro de escravos, 1836-1846*. (Dissertação de Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

<sup>23</sup> RÉ, Henrique. Uma missão abolicionista britânica no Brasil e as relações entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Índigenas. *Almanack*, Guarulhos, n.15, jan.-abr. 2017.

<sup>24</sup> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ativos quanto os britânicos nesse império comercial sem controle formal, como sua feminilidade possuía também suas próprias formas de poder e realização”.<sup>25</sup> O que num primeiro olhar parece ser uma visão um tanto tendenciosa da autora, que desenvolve pesquisas na área de gênero, ganha certo sentido quando se percebe que, nos documentos britânicos do século XIX, inclusive nos relatos de viagem, os pronomes utilizados para o Brasil eram, de fato, femininos – “*she*”, “*her*”. Além dos vínculos políticos, dentro da lógica de crescimento industrial, era necessário sempre buscar matéria-prima, e eles não se limitaram às suas colônias. São abundantes os registros de como, na política externa britânica, a posição do Brasil seria a de suporte ao capitalismo europeu.

Em 1866, o governo britânico encaminhou ao consulado na Bahia um questionário composto de 12 perguntas sobre o estabelecimento de uma possível cultura de algodão. Assim, para ser capaz de fornecer tais informações de maneira acurada, pediu ajuda ao governo da província. Os quesitos de sondagem indagavam desde os nomes das principais lideranças da província até qual o tipo de solo local seria útil para o plantio do algodão ou quanto havia sido produzido no ano de 1865 e quanto deste produto estava previsto para o ano seguinte. A questão 6 mencionava especificamente a posse e trabalho na terra voltada para a produção algodoeira: “A terra é possuída por pequenos ou grandes proprietários? Quanto se costuma pagar ao trabalhador rural e qual o volume de mão de obra disponível para o cultivo de algodão?”

Fazendo isso, demonstravam interesse na participação da Bahia como fornecedora de matéria prima para a indústria têxtil britânica. No ano seguinte, 1867, o mesmo consulado informava sobre a chegada de 11 sacas de variadas sementes de algodão vindas da Associação de Suprimento de Algodão em Manchester, pelas quais não se exigia pagamento, sendo três sacas com sementes do Egito, cinco de Nova Orleans e três de Sea Island, pois estas seriam as “qualidades mais procuradas pelas fábricas europeias”. Era abertamente admitida a necessidade de matéria prima pois a Associação dependia exclusivamente, afirmava o documento, “das contribuições voluntárias para sustentar o grande fim que tem em vista, a saber, o grande suprimento de algodão para suas fábricas, que anualmente consomem um valor de 50 milhões de libras esterlinas”.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> GUENTER, Louise. The artful seductions of informal empire. In: BROWN, M. (org.). *Op cit*, p. 209.

<sup>26</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial, Correspondência recebida do Consulado da Inglaterra. Maço 1192, 1865 a 1867.

O questionário e o envio de sementes, seguramente, não foram específicos apenas para esta província, nem ao menos exclusivo para o mercado brasileiro.<sup>27</sup> Partindo desse pressuposto, este episódio torna-se útil como meio de compreender como se davam as relações entre a economia britânica, que naquela época se industrializava, e as economias dos países incentivados por eles a serem fornecedores de matérias primas. Não esquecendo, naturalmente, que esses mesmos países eram consumidores de seus produtos e serviços.

A sondagem perante o consulado via trocas de correspondências acerca das possibilidades do Brasil de suprir as necessidades da economia britânica era uma prática que também não foi realidade apenas por um curto período. Adentrando o século XX, em 1906, o Consulado brasileiro sediado em Southampton – cidade portuária na costa sul da Inglaterra – enviou uma carta solicitando ao governo baiano a remessa mensal de informações concernentes às atividades comerciais e industriais da província. Precisava disso para guiá-lo no fornecimento de dados aos órgãos estrangeiros que frequentemente os solicitavam. Decorridos três anos, em 1909, outro pedido semelhante veio de Liverpool<sup>28</sup>, cidade costeira a noroeste de Londres.

Se as correspondências acima sinalizam a busca por matérias primas, também existiam outros vieses através dos quais as relações entre os países se davam, como o estabelecimento de empresas com diversas finalidades, que iam de explorações minerais a prestação de serviços. Ainda na província da Bahia, Edward Pellew Wilson chegou em meados do século XIX, casou-se, fundou sua empresa e negociou com diversos produtos que iam de piaçava a explorações minerais. A documentação trocada com as autoridades provinciais dava conta de uma primorosa explanação sobre propriedades geológicas de alguns terrenos, sendo que em alguns deles “encontrou-se o carvão de natureza betuminosa e com grande analogia com certa variedade explorada na Inglaterra”, informação necessária tendo-se em vista que o Brasil importava na época grande quantidade de carvão britânico.<sup>29</sup> Assim, Wilson estabeleceu-se no Brasil e se beneficiava das concessões e vantagens que conseguia do governo, representando, portanto, mais um tipo de ligação econômica entre os países.

Wilson não correspondia a uma exceção, pois parecia ser relativamente comum que britânicos pleiteassem os mesmos tipos de concessões junto ao governo brasileiro.

<sup>27</sup> A Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) certamente influenciou nesta demanda por áreas produtoras de algodão, já que o sul do país era um dos maiores fornecedores das indústrias têxteis inglesas.

<sup>28</sup> APEB. Seção Republicana. Correspondências recebidas de consulados. Caixa 1820. Documento 230, 1909.

<sup>29</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência recebida de negociantes e engenheiros de mineração, Salinas Minas, combustíveis, minerais. Maço 4633, 1824 a 1889.

Antes dele, Thomaz Denuy Sargent já havia feito o mesmo tipo de solicitação à presidência da província da Bahia, que lhe concedeu, ou a qualquer companhia por ele estabelecida, a exploração de quaisquer minerais nas regiões baianas de Camamu e Ilhéus.<sup>30</sup>

Em outra região, perto de Canavieiras, algumas pessoas envolvidas na extração de piaçava em 1880 descobriram um local rico em diamantes. Até aí, nada a ver com os ingleses, mas em 1885 o cônsul britânico na Bahia reportou ao Foreign Office<sup>31</sup> que um grupo francês estaria se articulando para proceder à exploração na tal localidade, que tinha “a fama de ser pouco salubre, difícil e perigosa para os viajantes”. Entretanto, pesquisando e se inteirando sobre a região, o cônsul concluiu que “muito do que tem sido dito acerca da insalubridade e dificuldade referente a esta parte deste país são propositadamente exageradas e criteriosamente espalhadas para deter empreendimentos” que concorressem com aqueles já em curso.

Diante dessa suspeita, o cônsul se dispunha a ir, em pessoa, visitar a região. Aproveitaria ainda para passar por Ilhéus, que era caminho, para visitar “a recente descoberta de carvão”, referindo-se provavelmente às mesmas reservas exploradas por Wilson, já que Maraú e Ilhéus são cidades vizinhas. Desse modo poderia fornecer informações corretas sobre ambos assuntos, diamantes e carvão.<sup>32</sup> Numa análise do documento fica evidente que se não todos, mas muitos destes europeus se sentiam no direito de ver o que o país tinha para oferecer, e achavam-se com direito à primazia nas explorações. Foram várias as solicitações para explorações das riquezas, e perpassaram anos, décadas. Eram essas preocupações e interesses que por vezes se viram refletidas nos textos dos viajantes, que no afã de saciar curiosidades mil, não se privaram de darem a ela um cunho útil para o capitalismo europeu e norte americano. Expedições de naturalistas ofereciam informações sobre riquezas naturais, como nos exemplos acima de explorações minerais e extrativistas, e os relatos mais voltados para o conhecimento social do Brasil davam preciosas informações acerca das possibilidades comerciais, de promissoras áreas de investimento ou da disponibilidade de mão de obra.

---

<sup>30</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>. Decreto nº 3.352-a, de 30 de novembro de 1864. Acesso em agosto de 2015.

<sup>31</sup> O Foreign Office (FO) é um departamento do governo do Reino Unido subordinado à Secretaria de Assuntos Estrangeiros. As correspondências enviadas ao Foreign Office pelos cônsules e vice-cônsules britânicos que atuaram no Brasil até 1905 estão depositadas no Arquivo Nacional Britânico (The National Archives), em Londres, juntamente com diversos documentos contendo informações detalhadas acerca das relações britânicas com diversos Estados estrangeiros.

<sup>32</sup> FO 13/612 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1885.

Entretanto, a população nem sempre comungava da postura do governo imperial, acusado de facilitar, em nome dos interesses de parte das elites brasileiras, a predominância britânica. Existiram protestos e manifestações quando sua atuação não atendia aos interesses da sociedade onde esses empreendimentos se estabeleciam, ou certos deslizes destas empresas eram ignorados em nome do que consideravam ser um bem maior, fosse isso a construção de uma ferrovia ou prestação de serviços públicos. Existiu, por vezes, uma diferença bastante demarcada entre as políticas de aproximação e facilitação da penetração econômica do capital britânico, e as reivindicações da população ou de alguns indivíduos autóctones.

Quando a expressão Império Informal foi cunhada, estava sendo dado um nome específico para algo que parte da população brasileira do final do século XIX sentia na pele, a saber, o estabelecimento de relações político-econômicas desiguais. Desse modo, existiram movimentos que se opuseram ao estabelecimento dos empreendimentos fruto deste tipo de ligação entre o Brasil e a Inglaterra, alguns dos quais podem ser constatados em matérias de jornais da época. Assim, temia-se que, se os governantes continuassem oferecendo vantagens e concessões aos britânicos, eles achariam “que se apagaram no Brasil todos os sentimentos de brio e dignidade”, e continuariam agindo como bem entendessem. Assim, ao priorizarem sempre seus próprios interesses em detrimento dos nacionais, sem que nenhuma autoridade lhes desse freio, certamente num futuro próximo tratariam o Brasil “como ao Egito, como uma colônia sua”.<sup>33</sup>

As falas acima foram publicadas em uma matéria contra uma série de ações da companhia de gás carioca, administrada por britânicos, que estava gerando descontentamentos e protestos por parte da população. Segundo o periódico, ela era beneficiada pela cumplicidade dos governantes, verdadeiros culpados pelos seus desmandos. A companhia não teria culpa porque representava “os interesses de um grupo de súditos de uma nação poderosa”, que devido à debilidade da monarquia nacional, achava-se “no direito de fazer o que quisesse”, ou seja, tirava vantagem de uma situação que lhe era oferecida. Sua força, frente aos governantes, estaria no poder monetário, que os habilitava a “tapar a boca aos mais espertos”, mas não só, consolidava-se nos “encouraçados do seu país” que os ajudariam a conseguir o que desejavam, impondo “o medo aos mais audazes”. Esta matéria deixa claro que o poder destas companhias estrangeiras, sua força, estava na anuência governamental e seu

---

<sup>33</sup> O *Corsário*, Rio de Janeiro, 11 nov.1882.

sucesso dependia sobremaneira das negociações que se davam junto aos entes públicos, mas não necessariamente tinham anuência, apoio ou sequer indiferença da população.

Os serviços que prestavam nem sempre eram satisfatórios, mas ainda assim suas concessões podiam ser indefinidamente renovadas se atendessem aos interesses do governo, que não necessariamente eram os mesmos da população. Como acusava o jornal *O Corsário*, se com “o seu dinheiro” essas empresas adquirissem “o consentimento do governo para esfolar o povo”, sua recusa em “ser espoliado” era tida como assunto do “corpo de polícia, cavalaria” e demais instrumentos repressivos do Estado. Eles agiriam para “esbordoarem” a população “e para a chamarem ao silêncio”, mostrando-lhe “que andou mal não se submetendo às imposições da companhia”, que agia com a anuência dos governantes. Em sua revolta, a população carioca havia dado pedradas em “inofensivos lampiões de esquina” que teriam sido melhor empregadas se lançadas “nas cabeças ocas dos ministros idiotas” de Sua Majestade D. Pedro II, “o único, o verdadeiro culpado”. A renovação da concessão dar-se-ia independentemente da vontade do povo que, se a achasse onerosa, seria “mais uma vez espadeirado e assassinado, como sempre o tem sido”. Esse era, portanto, um jogo de interesses no qual as elites brasileiras, representadas pelos governantes, e os britânicos, se beneficiavam, não o povo, que tanto tinha ciência da expropriação quanto se rebelava contra ela.

O jornal, claramente de oposição ao governo, salientou nesta matéria o absurdo de se permitir que as companhias inglesas enriquecessem enquanto prestavam um serviço ordinário à população. Foge aos interesses desta pesquisa tratar do que levava o governo a conceder privilégios aos britânicos, entretanto, é importante perceber que nem sempre isso acontecia porque essas empresas prestavam o melhor serviço. Frequentemente, dominavam determinado setor porque tinham contatos políticos e econômicos que lhes permitiam explorá-lo. Esse tipo de atitude do governo, que ignorava seu povo, continuava a matéria, seria a causa, então, de companhias britânicas entenderem “de calar a dignidade do Brasil com seus enormes pés britânicos”.<sup>34</sup> Esses pés se estendiam por todo país, em diversas áreas econômicas.

Em Santos, no ano de 1884, o consulado britânico deu conta de um caso de destruição de propriedade particular originado aparentemente pela “reprovação pela maior parte da população do contrato recentemente firmado entre o governo municipal e a empresa inglesa – Santos Improvement Company – para fornecimento de água”. No dia 22 de dezembro “um dano muito sério foi feito à propriedade de um súdito britânico

---

<sup>34</sup> *O Corsário*, Rio de Janeiro, 11 nov.1882.

por conta de uma confusão ocorrida naquela cidade”. O gerente Heyland fora ameaçado e atiraram contra sua casa, “sem que a polícia tomasse medida preventiva alguma apesar de a confusão ter sido anunciada”, e isso, dizia o cônsul, o deixava ciente dos riscos que corria não apenas por conta da população, como também da omissão policial. Desse modo, o consulado estava entrando em contato com as autoridades brasileiras e informando ao Foreign Office mais este caso de agressão contra benfeitores britânicos.<sup>35</sup> Pelo visto, a oposição dos moradores daquela localidade não logrou êxito, já que H. K. Heyland seguiu acumulando os cargos de gerente da Iluminação Pública, bondes e abastecimento de água potável naquela cidade.<sup>36</sup> O que se via, assim, era uma intensa relação econômica que ia desde a extração mineral até a prestação de serviços e comércio.

## Conclusão

Conquistar, dominar, civilizar, modernizar, e até mesmo ler sobre elas, eram formas de integrar o mundo, pratica e discursivamente, dentro de uma lógica capitalista de protagonismo branco. As problematizações aqui colocadas acerca dos relatos de viagem sobre o Brasil partem do pressuposto de que existia sim uma relação entre eles e uma perspectiva de dominação e superioridade econômica. A curiosidade sobre o outro era guiada pela percepção de que, em oposição ou complementação em relação ao mundo branco / europeu do leitor, as narrativas que, em tese, lhes mostravam as realidades daquelas regiões desconhecidas estavam, na verdade, ele se aproximando de algo que simbolicamente lhes pertencia e tinha como único destino se integrar ao mundo do capitalismo.

Pareciam gozar de uma sensação de superioridade no Brasil, país economicamente dependente da Europa e EUA, e percebido como longe de ser civilizado, com muitos recursos a serem explorados e uma população incapaz de fazê-lo devido, justamente, à sua inferioridade racial/social/econômica. Seus discursos continham particularidades de suas próprias experiências e interesses, mas ao mesmo tempo também carregavam um eu coletivo, de modo que se pobres ou ricos, se cônsules, jornalistas, marinheiros ou empregados, guardavam sempre uma distinção em relação aos da terra.

Europeus estiveram em diferentes locais do país como colonos agrícolas,

<sup>35</sup> FO 13/598 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1884.

<sup>36</sup> *Almanach Provincia de São Paulo*: Administrativo, Commercial e Industrial (SP), 1886, p. 500.

proprietários ou gerentes de empresas brasileiras, envolvidos no comércio local ou em grandes firmas de importação e exportação, engenheiros encarregados de fazerem estudos sobre trajetórias das linhas de ferro ou participando de sua construção em várias regiões do Brasil, como mineiros ou como representantes nacionais de empresas etc. Analisando narrativas e opiniões desses estrangeiros que se voltaram para o Brasil, fica perceptível que existiam pelo menos três motores principais encorajando-os a publicarem suas experiências – ou versões mais comerciais destas. Primeiramente, sua própria curiosidade, em segundo lugar, a curiosidade de um mercado editorial favorável na Europa a tais relatos sobre terras desconhecidas do grande público e, por fim, aquilo que unia a curiosidade de autores e leitores, a rejeição, crítica e desvalorização de tudo aquilo que lhes parecia diferente do *modus operandi* na Europa.

Cada uma dessas publicações tinha abordagens e temáticas principais que variavam em função da personalidade do autor, de sua origem, de suas intenções no país e do grau de profundidade de suas relações. Dois temas, entretanto, eram comuns a muitos deles, a saber, a vontade de saciar uma crescente curiosidade pelo exótico - ou seja, culturas não europeias - já que os europeus então se espalhavam novamente pelo mundo através das políticas e práticas imperialistas, e mostrar o quanto o Brasil estava - ou não - se desenvolvendo dentro dos ditames capitalistas de progresso e crescimento econômico.

Recebido em 20 de agosto de 2022  
Aceito em 02 de novembro de 2022